



PERFIL

POR Alexandra Tavares-Teles
FOTO Gerardo Santos/Global Imagers

Lucília Gago

A construtora de pontes

LUCÍLIA MARIA
DAS NEVES
FRANCO
MORGADINHO
GAGO

Cargo

Procuradora-Geral
da República

Nascimento

26/08/1956
(63 anos)

Nacionalidade

Portuguesa
(Lisboa)



“Persistente e conciliadora”, dizem dela. E ainda “discreta”, “fechada”, “avessa à exposição mediática”. Detesta a burocracia, mas há quem tema que não leve de vencida a máquina.

Gabam-lhe a “segurança jurídica”, a “capacidade de trabalho”, o “trato fácil”. Descrevem-na como “jurista estudiosa”, pessoa sobretudo “persistente”. A persistência é, diz Celso Manata, “um dos traços marcantes” da personalidade de Lucília Gago, a Procuradora-Geral da República que acabou de assinar uma diretiva com orientações de atuação uniforme na área da violência doméstica para os magistrados do Ministério Público, em que determinou a obrigatoriedade da recolha do testemunho das crianças expostas a esses contextos.

Lucília e Celso conheceram-se nos anos 1980, no tribunal da Boa Hora, em Lisboa. Desse tempo, o ex-diretor-geral dos serviços prisionais recorda “as muitas conversas” que tiveram e que lhe “foram tão úteis”. Trabalharam diretamente, mais tarde, no Tribunal de Família e Menores de Lisboa, exercia Lucília a coordenação dos magistrados do Ministério Público naquela instituição.

Direito de família sempre foi uma paixão de Lucília Gago, lisboeta de 63 anos, 38 de magistratura. A tal ponto que foi responsável e fundadora do gabinete de coordenação a nível nacional dos magistrados do Ministério Público na área da Família, da Criança e do Jovem, criado a convite de Joana Marques Vidal, a quem sucederia no comando da procuradoria-geral.

A comparação entre ambas é inevitável. As diferenças são descritas pelos pares: Joana Marques Vidal, afirmativa, impositiva até, pouco

incomodada com a exposição mediática, capaz de aguentar toda a pressão, versus uma magistrada “dialogante”, “diplomática”, interessada em ouvir mesmo quando parte de uma posição convictamente formada, “construtora de pontes” a ponto de ser descrita como “uma conciliadora”. Discreta, “fechada”, “avessa à exposição mediática”.

Uma escolha que apanhou de surpresa o presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público quando foi anunciada, em outubro do ano passado. “Sobretudo pelo timing”, explica António Ventinhas. “Na altura, discutia-se ainda se a anterior PGR deveria continuar.”

Apesar de tão diferentes, Lucília Gago mereceu a Joana Marques Vidal vários elogios públicos, rasgados. Assim foi na tomada de posse como líder do DIAP de Lisboa, em substituição da carismática Maria José Morgado (outra figura muito diferente), com votação quase unânime do Conselho Superior do Ministério Público (14 votos favoráveis e duas abstenções). “A escolha acertada pelas suas qualidades humanas e profissionais”, salientou, na altura, Marques Vidal.

É pouco o que transpira da vida privada. Sabe-se que tem dois filhos e que é casada com Carlos Gago, ex-diretor-adjunto da Polícia Judiciária e magistrado já jubilado. “Um casal que dá gosto ver”, diz Celso Manata. “Conheço bem o Carlos, somos ambos alentejanos e amigos de há muitos anos. É raro um casal estar tão dedicado ao fim de um casamento tão longo. Complementam-se nas várias diferenças e têm uma enorme cumplicidade”, descreve o magistrado.

Muito próxima da ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, Lucília Gago é considerada por António Costa o nome certo “na defesa da Justiça igual para todos, sem condescendências ou favoritismos para com ninguém”. Há, porém, quem tema que seja vencida pela máquina burocrática que, dizem, “detesta mas não domina”. ☞